

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DO TRABALHO ESCRAVO

REQUERIMENTO Nº , de 2012.

(Do Sr. Domingos Dutra)

Requer a realização de diligência por esta Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de aliciamento de mão obra de maranhenses dos municípios de Coroatá, Codó e Timbiras, por supostas agências de turismo, para trabalharem em condições análogas à escravidão nos canaviais e na construção civil das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 36, incisos II e IV do RIDC a realização de diligência por esta Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de aliciamento de mão obra de maranhenses dos municípios de Coroatá, Codó e Timbiras, por supostas agências de turismo, para trabalharem em condições análogas à escravidão nos canaviais e na construção civil das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Reportagem do jornalista Chico Otavio intitulada A miséria dos turistas trabalhadores: No Maranhão, agências são fachadas para exportar operários para obras no Sudeste, publicada em 06 de maio de 2012 no Jornal O Globo, denuncia nacionalmente a realidade muito já conhecida pela sociedade maranhense de que a população desse Estado tem se constituído em um exército de reserva de mão obra para outras regiões do país para trabalharem em condições análogas ao do trabalho escravo.

Segundo a reportagem, a migração sazonal no Maranhão movimenta de 500 mil a 1 milhão de pessoas todo ano. Nos municípios de Coroatá, Codó e

Timbiras dezenas de pessoas pobres embarcam nas rodoviárias destas cidades todas as sextas-feiras nos chamados “ônibus de turismo”.

“A região dos Cocaís, onde fica Coroatá, entre os vales dos rios Itapecuru e Mearim, no centro do Maranhão, é uma espécie de enclave da mão de obra barata que abastece o país. Uma estrutura fundiária extremamente arcaica, caracterizada pela predominância da grande propriedade, pela agricultura de subsistência e pela produção de óleo de babaçu, processo artesanal que lembra o homem coletor da pré-história — somada à ausência de alternativas de trabalho urbano —, faz da população local presa fácil para a indústria do tráfico de pessoas.

(...) De acordo com o Censo de 2010, do IBGE, 72,15% dos moradores de Codó, com dez anos ou mais, não têm instrução ou não completaram o ensino fundamental. Para o professor Marcelo Sampaio Carneiro, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a onipresença de Sarney nos Cocaís vai além de um nome na porta de uma escola. As raízes da estagnação, sustenta Carneiro, teriam crescido nos anos 1960, quando José Sarney, então governador do estado, criou a Lei de Terras, a pretexto de modernizar o Maranhão, e introduziu na região os grandes latifúndios, financiados com recursos da Sudene, e os grileiros:

— Os proprietários usaram a terra para acessar os fartos incentivos fiscais, formaram pastagens de baixa qualidade e compraram gado apenas para justificar o uso desses recursos. Hoje, a pecuária nem sequer é expressiva na região. Não há nenhum argumento que justifique o monopólio da terra.

Sem outras alternativas, essas cidades tiraram da desesperança sua vocação econômica. Na década passada, gente como Beto do Codó, Antônio Grosso, Francinaldo e Suelen começaram a montar uma rede de agenciamento de mão de obra barata nos Cocaís. Eles se apresentam como donos de agências de turismo, que estão por toda parte, mas normalmente os ônibus partem cheios e voltam vazios. Uma das agências, em Coroatá, chama-se Clandestur. (grifos nosso)

O destino do esquema inicial era São Paulo, com suas usinas produtoras de cana de açúcar, mas o crescente processo de mecanização dessa lavoura reduziu as “encomendas” e os obrigou a diversificar o negócio. Na semana passada, por exemplo, a agenciadora Suelen, uma paulista de Pradópolis que não forneceu o sobrenome, embarcou 40 trabalhadores para as obras do programa Minha Casa Minha Vida em Macaé, no norte fluminense. Ela disse que o contrato com o “encarregado da obras”, que identificou apenas como Luís, prevê o envio de um total de 300 homens. (...)”

Para investigar essa grave denúncia, é que apresentamos o presente Requerimento.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

“Justiça se faz na luta!”

DOMINGOS DUTRA
Deputado Federal (PT/MA)